



# Nota Técnica

Nº 189

Março de 2016

**Soberania alimentar nas cidades:  
reflexões a partir da experiência  
das mulheres**

Autoras da nota técnica:

Nalu Faria e Tica Moreno

Este texto tem como objetivo refletir, desde uma perspectiva feminista, sobre os desafios para a segurança e soberania alimentar nas cidades. Para tanto, ele recupera os acúmulos construídos pelas mulheres nos marcos da luta por soberania alimentar, em diálogo com reflexões da economia feminista. O diálogo destas reflexões com os desafios para a segurança e soberania alimentar nas cidades é estabelecido a partir de uma síntese de oficinas realizadas com mulheres que vivem nas cidades sobre o tema da alimentação, bem como de uma aproximação à experiência recente de grupos de consumo em São Paulo.

### **As mulheres na luta por soberania alimentar**

A soberania alimentar é um conceito construído e apresentado em 1996 pela Via Campesina. Este princípio compreende o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos com métodos sustentáveis, e a autonomia dos povos para definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares, ou seja, o que, quanto e como produzir e consumir. A soberania alimentar defende que as necessidades e formas de vida daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos estejam no centro desses sistemas, e não seguindo os interesses do mercado e das grandes empresas.

Já a segurança alimentar aborda a questão alimentar a partir da possibilidade econômica e social de obter alimentos e da qualidade dos alimentos consumidos, principalmente em relação à qualidade nutricional. Assim, a soberania alimentar desponta como uma noção mais ampla, ao defender o direito dos povos e a autonomia local quanto aos sistemas alimentares, bem como questionar os modelos hegemônicos de produção, distribuição e consumo de alimentos. Portanto, esta é uma proposta de caráter amplo, que envolve a defesa de uma reforma agrária justa, o controle territorial, os mercados locais, a biodiversidade, a autonomia, a saúde e a qualidade de vida (Grain, 2007).

Um de seus princípios fundamentais é o fortalecimento da produção e do consumo local dos alimentos. Há a preocupação de garantir o uso da terra, das águas, das sementes e da biodiversidade aos pequenos produtores, retirando o poder da mão dos conglomerados econômicos.

Assim, a soberania alimentar visa à autonomia da produção nacional, rompendo com a dependência da importação de sementes, de tecnologia ou de insumos. Seu objetivo consiste na busca pelo fortalecimento da autonomia local, onde cada região do país produza uma variedade de alimentos que seja localmente consumida, valorizando a cultura, os saberes e o costume local. Isto passa pelo estabelecimento de alianças e pela formação de uma rede de atuação entre os pequenos produtores, onde se defende e valoriza as culturas locais.

Ao defender a autonomia local, a soberania alimentar contribui também com propostas de novas formas de circulação e de distribuição de alimentos por meio de circuitos que aproximem produtores e consumidores, diminuindo assim as intermediações entre estes e reforçando suas alianças. Além disso, chama a atenção para a importância de se consumir produtos da estação ou que sejam cultivados e criados em localidades próximas e em harmonia com o meio ambiente.

A criação de novos circuitos é pensada de modo a reduzir a distância entre a produção e o consumo dos alimentos, o que contribui, inclusive, para a redução da poluição e da degradação ambiental, e para o fortalecimento dos mercados locais, além de estabelecer uma relação solidária entre campo e cidade (Montagut, 2007). Aqui aparece o incentivo à propagação de feiras livres, feiras solidárias, sistemas de trocas, pequenas lojas de cooperativas, entre outros.

Da mesma forma, a soberania alimentar também não apenas significa uma mudança nos padrões de produção de alimentos, mas também no de consumo. Este precisa deixar de ter como base os produtos industrializados e as comidas *fast-foods* – valorizados na sociedade atual em que há uma grande destinação do tempo à esfera produtiva – e se voltar a uma alimentação de qualidade. Para isso torna-se também necessário o estabelecimento de políticas públicas direcionadas à qualidade alimentar e que atendam coletivamente a população, como os restaurantes populares.

A soberania alimentar desponta como uma das mais promissoras e eficazes respostas às crises alimentar, climática e social que o mundo vivencia hoje. Além de afirmar o direito de todos os povos à alimentação, ela propõe o desenvolvimento regional e mundial de um modelo sustentável, o qual perpassa necessariamente pela busca por igualdade em suas múltiplas dimensões: social, econômica, étnica/racial, de gênero, etc.

Na luta pela soberania alimentar, as mulheres vêm tendo importante destaque. Elas aparecem como fundamentais agentes de transformação, capazes de promover mudanças tanto nas práticas cotidianas como naquelas mais profundas a partir de sua luta no movimento de mulheres e feminista.

O trabalho das mulheres é central para a produção e o consumo de alimentos. A preocupação com a alimentação faz parte de seu dia a dia, seja produzindo alimentos nos seus quintais, seja adquirindo os alimentos nas vendas e supermercados, ou ao cozinhar e garantir sua refeição, de seus filhos e parentes. É a partir deste olhar que a soberania alimentar reconhece a importância da participação e do trabalho das mulheres como forma de garantir a sustentabilidade da vida humana.

No espaço doméstico, o trabalho feminino garante a reprodução social das pessoas e de seu bem-estar. Isto porque são as mulheres que assumem majoritariamente a responsabilidade pelo cuidado dos membros da família, no qual se inclui a alimentação.

Em muitos territórios, são elas as responsáveis por buscar água, colher os frutos e cuidar dos animais. Nas propriedades rurais, as mulheres assumem, muitas vezes junto com o marido ou companheiro, o trabalho de preparo da terra, plantação, cultivo e colheita dos alimentos. Os quintais são espaços onde a alimentação familiar é garantida e onde o trabalho da mulher é realizado. Assim, a participação feminina ocorre tanto dentro da casa como nos espaços que a rodeiam, sobretudo garantindo o cuidado dos membros da família.

No entanto, ainda há um baixo reconhecimento social do trabalho realizado pelas mulheres, principalmente no ambiente doméstico, revelando a persistência das desigualdades de gênero.

A invisibilidade da importância do trabalho feminino na produção de alimentos também se manifesta nas políticas públicas. As mulheres encontram dificuldades no seu reconhecimento como produtoras, uma vez que, em grande parte das unidades familiares, o homem aparece como o “chefe” da propriedade, do uso do solo e dos recursos econômicos (ANA, 2008). Segundo Faria (2011), esta representação aparece como fruto das relações patriarcais no campo, nas quais a família é tomada como um todo homogêneo, onde o homem aparece como o seu representante e, assim, o detentor do poder de decisão. Desta forma, a participação nas tomadas de decisão e a autonomia das mulheres ficam limitadas.

Além de produtoras, as mulheres também têm participação fundamental quanto ao preparo e ao consumo de alimentos. A preocupação pela busca de alimentos saudáveis e pela manutenção da diversidade ambiental faz parte do cotidiano feminino. Como afirmam as mulheres da Via Campesina:

As mulheres do campo, como protagonistas na construção de outro mundo possível, nos propomos a defender, fortalecer e ampliar nossas organizações e movimentos; continuar lutando contra o modelo neoliberal; contra o livre comércio; pela soberania alimentar; pela terra e território; pelas reformas agrárias integrais; pela defesa de nossas sementes como patrimônio dos povos; pela soberania econômica das mulheres e a igualdade de gênero e pela soberania de nossos povos (Biodiversidad, 2006b, p. 20)<sup>1</sup>.

Desta forma, destaca-se a presença das mulheres rurais em experiências de produção de alimentos e no campo da economia solidária. São diversos os exemplos de iniciativas protagonizadas por mulheres que visam à garantia de acesso aos alimentos e ao combate a fome, à busca de autonomia econômica para as mulheres e à superação da pobreza. Estes são casos de grupos voltados ao plantio

---

<sup>1</sup> Tradução livre.

de alimentos nos quintais produtivos, à comercialização em feiras agroecológicas, ao estabelecimento de redes de produção e comercialização de alimentos, entre outros.

É importante salientar que a importância da presença feminina na produção e consumo de alimentos não se resume apenas ao espaço rural. Entre as mulheres urbanas, o trabalho doméstico e de cuidados também segue como sua responsabilidade, inclusive no que se refere ao acesso e à garantia de alimentação as suas famílias.

Ainda que as mulheres tenham uma atividade profissional fora do lar, elas seguem realizando majoritariamente o trabalho doméstico. Como afirma Dedecca (2004), as mulheres acumulam jornadas muito mais extensas que os homens devido ao trabalho que realizam dentro do lar.

A articulação entre trabalho e família (trabalho produtivo e reprodutivo) aparece como um desafio às mulheres, sendo uma questão resolvida de modo privado e entre mulheres. Muitas delas, para realizarem uma atividade profissional, contam com a participação de outras mulheres – seja da família, vizinha ou empregada doméstica – para realizarem suas atividades domésticas e de cuidados.

Assim, o trabalho de cuidados e doméstico segue como um fator influente nas condições de participação das mulheres no mercado de trabalho. Elas se encontram majoritariamente nos postos mais precarizados, com menor possibilidade de ascensão nas carreiras e com menores salários. Desta forma, forma-se um ciclo que mantém as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico e nos postos mais marginais do mercado de trabalho.

Como resultado, tem-se que as mulheres seguem sendo as principais afetadas pela pobreza. Como define Kabber (1998), a “pobreza” é a privação dos fins ou necessidades básicas e a privação dos meios necessários para resolver essa necessidade. Ou seja, é a restrição do acesso aos bens que garantem a manutenção digna da vida humana.

A luta pela soberania alimentar foi incorporada pelos movimentos de mulheres também na cidade. Ao considerar a alimentação como direito dos sujeitos e povos, lança luz na importância das práticas cotidianas realizadas pelas mulheres no lar e para a garantia da vida humana. Neste sentido, os aportes trazidos pela economia feminista contribuem para a compreensão da complexidade dos desafios desta agenda política.

### **Contribuições da economia feminista**

A economia feminista incorpora um viés de gênero nas análises econômicas, apresentando novas perspectivas de análise e redefinições de conceitos. Como aponta Carrasco (2006), seu desenvolvimento se deu em paralelo com o pensamento econômico dominante, porém sua elaboração crítica e metodológica teve maior impulso a partir da década de 1970.

Segundo a autora, a elaboração do conceito de gênero, na década de 1980, foi um marco importante para o feminismo. Sua proposição se fundamentou em apontar que as relações sociais desiguais entre homens e mulheres eram frutos de uma construção histórico e social, que tomou as diferenças biológicas entre os sexos para determinar práticas distintas e hierarquizadas entre eles. Na economia, o conceito de gênero influenciou as teorias sobre mercado de trabalho e nos estudos sobre organização do trabalho.

Porém, a elaboração da economia feminista vai além de inserir ou alterar conceitos. Como aponta Carrasco, sua proposta é mudar radicalmente as análises econômicas de modo a transformar a própria disciplina e possibilitar a construção de uma economia que integre e analise a realidade de homens e mulheres, tendo como princípio básico a sustentabilidade da vida humana e a satisfação de suas necessidade (Carrasco, 2006).

O conceito de sustentabilidade da vida humana se refere à forma como cada sociedade dá conta de sustentar a reprodução da vida social. Se refere à qualidade da vida das pessoas, incluindo homens e mulheres, e as considerando de modo individualizadas, mas não de modo individualista. A individualidade está ligada ao fato de cada pessoa ser única, com vivências específicas. Como aponta León (2009), nenhuma pessoa é totalmente independente de outra e nem prescinde de outra, pois há uma relação necessária entre os seres. As pessoas precisam ter autonomia, mas não deixarão de estabelecer relações necessárias entre si, daí a defesa pelo estabelecimento de relações igualitárias, e não desiguais ou de opressão.

O bem-estar não é alcançado por meio da posse de bens ou riquezas, mas por meio de capacidades reais que as pessoas têm, como estar bem alimentada, ter boa saúde, participar da vida em comunidade, entre outras. Ou seja, o bem-estar é alcançado por meio de um processo contínuo e dinâmico de satisfação das necessidades.

A perspectiva feminista salienta que o bem-estar não envolve apenas recursos materiais, mas também as relações de cuidado e de afeto, que são uma necessidade satisfeita principalmente no âmbito doméstico. Essa perspectiva coloca em evidência o trabalho de cuidados realizado pelas mulheres em casa, apontando-o como fundamental para o desenvolvimento humano. Portanto, essa não é uma questão privada, mas tem uma importante dimensão política e social, por ser um elemento essencial na garantia de qualidade de vida. O que está em jogo é a proposta de um novo paradigma orientador para a sociedade, que não enfoque os ganhos e lucros privados e a economia de mercado, mas traga para o centro a preocupação com a vida das pessoas e o bem-estar humano.

A economia feminista, em sua elaboração, procura recuperar a importante contribuição econômica das mulheres ao longo de toda a história. A denúncia ao paradigma dominante da economia

consiste em apontar que o trabalho doméstico e de cuidado realizado primordialmente pelas mulheres é uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico, uma vez que garante a reprodução humana e, assim, a reprodução da força de trabalho, tendo sido ainda historicamente realizado de forma gratuita pelas mulheres. Além disso, chama a atenção para o fato de as mulheres sempre terem realizado atividades fora de casa, no trabalho remunerado, seja por meio de pequenos trabalhos como assumindo longas jornadas de trabalho nas fábricas ou na agricultura.

Entretanto, o trabalho tanto remunerado como não remunerado realizado pelas mulheres permaneceu invisível ao longo do pensamento econômico dominante. Ainda que houvesse reconhecimento do trabalho feminino realizado no âmbito doméstico, este era considerado como algo natural, realizado pelas mulheres em nome do amor e da família.

As feministas passaram então a revelar a importância deste trabalho para o desenvolvimento econômico e social, bem como a chamar a atenção para a participação feminina no mercado de trabalho. A reivindicação era para que fosse incorporada às análises do sistema econômico e da sociedade em geral a importância do trabalho doméstico e de cuidado realizado pelas mulheres, denunciando sua posição fundamental na organização econômica e social e que até então permanecia invisibilizada (Faria e Nobre, 2003).

No entanto, é importante salientar que o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado como econômico não significa incorporá-lo à lógica mercantil. A economia feminista reconhece que este tem características próprias, sendo profundamente marcado por uma dimensão subjetiva e de garantia de parte das necessidades humanas (Faria, 2009). Portanto, a proposta feminista é a de ruptura com a lógica dominante de valorizar apenas o que era considerado produtivo, isto é, o que tem valor monetário.

A elaboração do conceito de divisão sexual do trabalho contribuiu muito para esta perspectiva. Como define Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho se baseia em dois princípios: o da separação, isto é, o trabalho é dividido entre masculino e feminino; e o da hierarquização, isto é, as atividades masculinas recebem uma maior valorização. Deste modo, a esfera produtiva, mais valorizada socialmente, foi relegada aos homens enquanto a esfera reprodutiva foi atrelada às mulheres, não recebendo qualquer reconhecimento social. Do mesmo modo, esta divide e hierarquiza os trabalhos dentro do espaço produtivo, inserindo as mulheres nos postos mais precários e desvalorizados do mercado de trabalho.

Neste sentido, a economia feminista procura inserir uma análise de gênero nas relações econômicas e sociais, denunciando a invisibilidade das mulheres e evidenciando a importância da contribuição feminina nessas relações. Além disso, seu olhar se volta a um universo mais amplo, no

qual se amplia o conceito de trabalho e se considera o que está além da relação monetária, como o informal, as redes de cooperação e o espaço doméstico. Como aponta Carrasco, esta proposição

está questionado o viés androcêntrico da economia, que se evidencia nas representações abstratas do mundo centradas no mercado, onde se omite e exclui a atividade não remunerada ou sem valorização mercantil, orientada fundamentalmente ao cuidado da vida humana e realizada majoritariamente pelas mulheres (Carrasco, 2006, tradução livre).

Assim, a economia feminista se destaca na formulação de novas perspectivas de análise que enfatizem a importância da participação feminina e da reprodução social, dialogando constantemente com diferentes disciplinas, pensamentos e perspectivas. São inseridos outros temas, como o acesso e a distribuição, entre homens e mulheres, da renda, da terra e dos recursos. Além de pensar e propor políticas públicas que levem à superação das desigualdades de gênero.

Neste sentido, a soberania alimentar encontra apoio e fortalecimento nos aportes teóricos trazidos pela economia feminista. Ambas se direcionam a romper com a separação e hierarquização estabelecida entre produção e reprodução, valorizando o trabalho realizado no âmbito doméstico, e colocam a reprodução social e a sustentabilidade da vida humana no centro das relações sociais e econômicas.

### **As mulheres e a soberania alimentar nas cidades**

No movimento feminista, a luta pela soberania alimentar impulsionada pelas mulheres rurais estabeleceu importante ponte com as mulheres que vivem nas cidades. Para avançar na compreensão sobre os desafios da soberania alimentar nas cidades, recuperamos um processo de reflexão coletiva realizado pela SOF<sup>2</sup> com mulheres que atuam no movimento feminista e vivem nas periferias de São Paulo. Esta reflexão gira em torno da relação entre alimentação, trabalho e tempo; sobre o acesso a alimentos e qualidade da alimentação.

As trajetórias das mulheres que participaram desta reflexão coletiva se caracterizam por uma diversidade de experiências. Algumas afirmam que encontram espaços para plantar ervas medicinais e temperos. Outras, relatam uma alimentação baseada em arroz, feijão, ovos, alface e tomate, com frango aos finais de semana, mas percebem que esta é uma alimentação muito limitada.

As mulheres idosas, de origem rural, detalham mais como era a alimentação no passado. A referência para elas era de comer tudo o que era plantado, além do que era recolhido da vegetação

---

<sup>2</sup> Os conteúdos a seguir foram trabalhados a partir de 3 oficinas realizadas pela SOF com mulheres de São Paulo, sistematizadas por Maria Fernanda Marcelino.

natural. A comida era mais variada e comiam de acordo com as temporadas, como melancia, laranja, murici, goiaba, mandioca, batata doce e milho. Cada alimento era comido em seu tempo. A mandioca e seus derivados, como a farinha, eram mais constantes, assim como o feijão. As práticas alimentares mudavam nos períodos de seca.

*“A gente não comia carne todos os dias, o porco era engordado e dele vinha a banha para a conserva das carnes e também para fazer as comidas e o sabão. Tinha frango e galinha – que tinha gosto e que chocava seus ovos – a carne deles era saborosa. A gente fazia um varal de carne para secar e ela durava muito tempo salgada. Na roça tinha mais variedade de comida, além do feijão normal, tinha o andu, a fava, o preto, etc. A comida tinha sabor e saciava.”*

As mulheres recuperam uma experiência de trabalho intenso na cozinha. O feijão chegava sujo e a manteiga era feita na mão. A falta de energia elétrica, da geladeira e do fogão também foram lembrados como dificuldades, porque não era fácil ter que ir pegar lenha no mato. Outra dificuldade lembrada foi o acesso a água.

Na comparação com a situação atual na cidade, as mulheres apontam que o espaço de moradia se reduziu. Quando tem quintais, são de cimento ou cerâmica, para facilitar a limpeza ou guardar carro. Assim, a experiência anterior de cultivo para o auto-consumo se perdeu.

As cidades se organizam em uma lógica que aprofunda as desigualdades de raça, classe e gênero. E para refletir sobre a relação entre o tempo e o trabalho das mulheres e a alimentação, é preciso considerar a organização espacial das cidades e das moradias. O direito a moradia ainda não é garantido para uma grande parte da população. As casas são cada vez menores. Nos edifícios de apartamentos, quase não há espaço para estender a roupa no varal. Na maioria das cozinhas, o espaço só é suficiente para uma pessoa e o fogão. Assim é mais difícil compartilhar o trabalho de cozinhas, além do que é necessário preparar alimentos que ocupem pouco espaço e não façam tanta sujeira. Por exemplo, descascar o milho ou a mandioca gera muita sujeira. A percepção das mulheres é que as cozinhas, onde elas trabalham todos os dias, são espaços pequenos e escuros. Já os homens quando compartilham o ato de cozinhar o fazem de uma forma mais lúdica, e não como parte de suas atribuições cotidianas. Nos setores populares, eles aparecem para fazer o churrasco nos finais de semana; entre a classe média alta é cada vez mais parte das plantas de apartamentos os espaços gourmet, em varandas luminosas e agradáveis.

As mulheres lembram que, antes, o tempo de preparação e o ato da alimentação eram momentos de conversar e interagir entre os familiares e pessoas próximas. Atualmente, com o ritmo do cotidiano, parece que comer só cumpre a função de saciar o organismo.

A reflexão sobre a falta de tempo das mulheres e as alternativas individuais sobre a alimentação demonstram, a partir da experiência, o que os números sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil indicam. O trabalho doméstico e de cuidados que tem como um de seus componentes o

preparo dos alimentos, segue sendo em grande medida realizado pelas mulheres no interior dos lares. As tensões da vida cotidiana e a sobrecarga de trabalho envolvem a falta de tempo e a má qualidade da alimentação.

Nas grandes cidades, o tempo dedicado para os cuidados de si, à saúde e até à alimentação é reduzido pelo tempo gasto no trânsito e no trabalho. Algumas mulheres compartilharam que muitas vezes chegam tão cansadas em casa, e ainda tem que fazer a noite a comida para o dia seguinte. Ou seja, há pouco tempo para preparar a comida, e quase nenhum tempo para o descanso.

Nesta rotina de muito trabalho e pouco tempo, uma solução mais comum é o consumo maior de alimentos preparados que são conservados muito tempo na geladeira, como é o caso dos iogurtes, dos congelados, além dos sucos e leite longa vida, das bolachas, salgadinhos e refrigerantes, tudo isso que “nunca” estraga e que vicia o paladar. As mulheres apontaram como um problema a falta de tempo ou cansaço para desempenhar o conjunto de tarefas que envolvem o ato de se alimentar, pois, antes de cozinhar, tem que comprar, cozer, comer e depois limpar.

A necessidade de comer é pressionada pelo tempo e cansaço que faz com que elas optem pelas saídas mais rápidas, reduzindo ainda mais a variedade e, por tanto, a qualidade da alimentação. A comida congelada é citada repetidamente como uma solução para a falta de tempo. A maior parte das mulheres disse que a comida congelada é ruim, mas as vezes acaba sendo necessário consumir alimentos congelados como pizzas, lasanhas ou hambúrgueres, ou alimentos instantâneos. Percebem, ainda, que esse tipo de comida sacia o desejo imediato, mas não satisfaz.

### **Uma aproximação à realidade brasileira**

No Brasil, parte da população vivencia uma forte limitação quanto ao acesso a alimentos, água e terra, seja no campo ou na cidade. A dificuldade não está na capacidade de produção de alimentos do país, uma vez que esta é suficiente para alimentar toda sua população. Mas está na desigualdade que a envolve. O sistema produtivo é composto por poucos grupos que dominam e controlam a produção e distribuição de alimentos, fazendo com que grande parte da população, ainda que seja produtora de alimentos (como os pequenos produtores agrícolas), tenha seu acesso a eles limitado ou reduzido.

Dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE em 2013, contribuem para identificarmos a desigualdade em relação ao acesso e à qualidade dos alimentos consumidos. Esta pesquisa procurou identificar a condição de segurança alimentar dos brasileiros. A PNAD considera domicílios em Segurança Alimentar (SA) aqueles onde seus moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiam na iminência de sofrer qualquer restrição no futuro próximo. A Insegurança Alimentar (IA) é detectada naqueles domicílios onde houve alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e nos quais há comprometimento da qualidade dos alimentos, inclusive por meio da adoção de estratégias que visam

manter uma quantidade mínima disponível. Os domicílios considerados em Insegurança Alimentar foram ainda classificados em relação ao grau da insegurança alimentar: moderada (quando os moradores adultos conviveram com restrição de alimento no período de referência) e grave (quando, além dos adultos, as crianças foram afetadas pela privação de alimentos).

Nesta pesquisa, a PNAD registrou uma diminuição no percentual de domicílios onde havia algum grau de insegurança alimentar: o percentual caiu de 34,9% em 2004, para 30,2% em 2009, e para 22,6% em 2013, equivalente a 52 milhões de pessoas. A pesquisa revela que no mesmo intervalo de tempo – 5 anos – a redução da insegurança alimentar foi maior neste período recente, em virtude do conjunto de políticas de enfrentamento a pobreza extrema. Cabe ressaltar que a insegurança alimentar grave, ou seja, quando as pessoas do domicílio – adultos e crianças – foram afetadas pela privação de alimentos, representava 3,2% dos domicílios em 2013. Em 2009, esse percentual era de 5%. Entre os domicílios em situação de insegurança alimentar, 50,3% tinham um rendimento mensal *per capita* de até ½ salário mínimo e 2,2% um rendimento de mais de 2 salários mínimos.

A prevalência de segurança alimentar aumentou mais intensamente em domicílios com mulheres como responsável, passando de 65,6% em 2009 para 74,6% em 2013. Entretanto, enquanto 6,9% dos domicílios cuja pessoa de referência era do sexo masculino se encontrava em situação de insegurança alimentar, quando a pessoa de referência era do sexo feminino esse percentual foi de 9,3%. Nos domicílios cuja pessoa responsável se declara branca, a insegurança alimentar representa 4,1%, enquanto naqueles em que a pessoa responsável se declara preta ou parda a insegurança alimentar corresponde a 11%.

A PNAD investigou sobre a segurança alimentar nos domicílios de acordo com a posição na ocupação da pessoa de referência. Chama atenção o fato de que, nos domicílios em que a pessoa de referência está no trabalho doméstico remunerado, a insegurança alimentar alcança 34,2%, um percentual acima da média (22,6%).

A pesquisa aponta, portanto, que há uma série de fatores que interferem na garantia da segurança alimentar, tais como gênero, raça e renda. Um olhar sobre os gastos e a qualidade dos alimentos consumidos entre a população brasileira também revela diferenças e desigualdades.

Está em curso a realização de uma nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2015-2016, que poderá indicar as mudanças na composição dos orçamentos familiares, nas condições de vida das famílias e no estado nutricional da população. Enquanto estes dados não estão disponíveis, recolhemos os da última POF realizada pelo IBGE nos anos de 2008 e 2009. Ainda que tenham havido mudanças importantes, algumas já indicadas pela PNAD, esta pesquisa nos dá pistas para compreender as desigualdades no acesso e qualidade da alimentação.

A POF 2008-2009 revelou que as famílias brasileiras tinham, em média, despesas mensais totais na ordem de R\$2.626,31. As famílias residentes em área urbana apresentaram despesas totais médias 8,6% maiores quando comparadas com o valor nacional. Já para as famílias em área rural, o valor da despesa total média mensal era 46,8% inferior ao valor da média brasileira (IBGE, 2010b). A maior parte das despesas (81,3%) corresponde às despesas de consumo, ou seja, os gastos com alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e despesas diversas. Essa média difere em relação ao sexo da pessoa de referência. A despesa total média mensal das famílias que têm um homem como pessoa de referência era superior à das famílias cuja pessoa de referência é do sexo feminino.

Entre as despesas de consumo, a média nacional de despesas com alimentação é de 16,1%. Entre as famílias residentes na área rural, a despesa com alimentação é proporcionalmente maior correspondendo a 24,1%, enquanto entre as famílias residentes em área urbana esta despesa é de 15,3%. É importante destacar que a metodologia utilizada pela POF compreende o conjunto de despesas monetárias e não monetárias. Estas envolvem, por exemplo, aquilo que é produzido, pescado, coletado ou adquirido em forma de bens, seja por meio de trocas, doações, entre outros, práticas presentes sobretudo na área rural.

A POF ainda verificou que os residentes na área urbana apresentaram um gasto com alimentação fora do domicílio muito maior quando comparado aos de área rural: 33,1% e 17,5%, respectivamente, do total de gastos com alimentos.

A POF 2008-2009 apontou uma diferença significativa no tipo de alimento consumido segundo a área. Nos domicílios rurais a média per capita/dia de consumo foi muito maior para alimentos como arroz, feijão, batata-doce, mandioca, farinha de mandioca, manga, tangerina, peixes frescos, peixes salgados e carnes salgadas. Já nos domicílios urbanos, prevaleceu o consumo de produtos prontos ou processados, como pão de sal, biscoitos recheados, iogurtes, vitaminas, sanduíches, salgados fritos e assados, pizzas, refrigerantes, sucos e cervejas.

A Pesquisa também investigou a percepção em relação à satisfação das famílias brasileiras. Em relação à percepção sobre se o rendimento total da família durante um mês era suficiente para as despesas daquele mês, aproximadamente 75% das famílias referiram ter dificuldades contra 25% daquelas que referiram ter facilidades. Essa percepção teve uma forte variação em relação aos grupos de rendimentos. Enquanto 31,1% das famílias com rendimento mensal de até R\$830,00 afirmaram terem muita dificuldade, apenas 2,6% das famílias com rendimentos acima de R\$10.375,00 deram esta resposta.

Quando questionadas sobre a suficiência em relação aos alimentos, 64,5% das famílias brasileiras responderam positivamente, contra 35,5% daquelas que afirmaram que a quantidade de alimentos consumidos era insuficiente ou eventualmente insuficiente. Cabe ressaltar que houve uma significativa melhora desta percepção em relação à pesquisa anterior da POF de 2002/2003, quando este percentual foi de 53%.

Em relação ao tipo de alimento consumido, segundo os dados da POF 2008/2009, aproximadamente 65% das famílias brasileiras afirmaram que os alimentos consumidos nem sempre eram do tipo preferido (51,8%) ou raramente eram do tipo preferido (12,9%). Os dados revelam a profunda desigualdade que envolve a questão da alimentação, tanto em relação ao acesso, como à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos.

### **Os supermercados organizam a alimentação de má qualidade**

Os supermercados fazem cada vez mais parte do circuito de compras de alimentos. As mulheres relatam que os supermercados são armadilhas constantes, porque sempre levam as pessoas a comprar mais do que inicialmente as motivou a ir fazer compras.

Nos supermercados, a posição dos alimentos também são um fator decisivo na hora de escolher o que comprar. A área dos verdes normalmente é mais escura, os alimentos não têm uma boa aparência, folhas murchas e passadas, ou frutas e legumes gigantes que mais parecem de plástico. Muitas vezes, são vendidos em bandejas de isopor com uma quantidade acima da desejada. Ao contrário, a ala dos congelados é mais ampla, bem iluminada, as caixinhas coloridas - com imagens que não correspondem ao conteúdo - parecem mais adequadas à correria de não ter tempo de preparar a comida e desperdiçar o que está fresco.

Mesmo quando se quer preparar comidas mais gostosas, é difícil encontrar temperos frescos, legumes e verduras bonitas, ou quando são encontrados o preço é altíssimo. O problema dos agrotóxicos na comida também foi lembrado, e comprar orgânicos é uma realidade muito distante da grande maioria das pessoas. Algumas mulheres afirmaram que o principal motivo para não ter acesso a alimentos saudáveis é a insuficiência de recursos financeiros.

O acesso ao leite é um exemplo de como os hábitos alimentares se adaptam às imposições do mercado. As pessoas um pouco mais velhas compravam o leite em litro de pequenos fazendeiros na porta de casa. A geração seguinte, de 30 a 50 anos, comprava leite de saquinho diariamente. Atualmente se compra o leite longa vida ou em pó, que é mais caro e dificulta o acesso para as pessoas mais pobres.

Voltando ao caso dos alimentos congelados, as mulheres que participaram da reflexão coletiva informaram que, ao invés de não gerar resíduos, o consumo de congelados de fato faz o contrário. Quando se descongela uma lasanha, por exemplo, e não se come tudo, o que sobre é desperdiçado, porque rapidamente a qualidade se deteriora e há mudanças no sabor.

O mercado da publicidade e os grandes supermercados funcionam de modo a envolver as pessoas em novos padrões de consumo, ao mesmo tempo em que mudam-se os hábitos em todas as classes sociais. Outro aspecto levantado com relação aos hábitos alimentares é que, se por um lado se come sempre as mesmas coisas (macarrão, frango, tomate, arroz...), as vezes é mais fácil encontrar frutas chilenas do que as brasileiras. Além disso, muitas afirmam comer com frequência sanduíches e pães, substituindo o jantar.

Em São Paulo, as mulheres se queixaram de que a comida é sempre a mesma (arroz, feijão, pizza e massas), e que os jovens estão optando cada vez mais pelos *fast food*. As mulheres que vieram de quando comiam mandioca, batata e cuscuz nos cafés da manhã. Elas associam a aparição de muitas doenças à má qualidade da alimentação. *“Não sabemos o que estamos comendo e também não sabemos quais doenças temos, é um mal estar, dores (...) antes se comia carne de porco e isso não gerava doenças”*. Elas dizem que antes as mulheres tinham mais conhecimento das doenças, assim como sobre as plantas medicinais que curavam.

### **O que nós alimentamos quando nos alimentamos?**

Os grupos de consumo se apresentam como uma alternativa coletiva ao controle das grandes empresas do agronegócio e dos supermercados sobre a alimentação.

Os grupos de consumo se orientam pela compreensão de que o consumo é um ato político, que tem consequências. O consumo é um investimento em um determinado modelo de produção. Nos grupos, se busca olhar para o processo e a história da produção do alimento, quem produziu, quais as relações de produção. Assim, se aproximam do debate e das práticas da agroecologia.

A reflexão sobre os grupos de consumo exposta a seguir se baseia nas informações de grupos de consumo da região da grande São Paulo e em entrevista com integrante do grupo de consumo ComerAtivaMente<sup>3</sup>.

Na reflexão sobre a cadeia de produção da alimentação, dois aspectos complementares se destacam. O primeiro é a compreensão de que nas grandes cidades estamos dependentes das grandes

---

<sup>3</sup> Mais informações sobre grupos de consumo se encontram disponíveis em <https://comerativamente.wordpress.com/>, <http://www.micc.org.br/> e <http://institutokairos.net/>

cadeias de supermercados, que por sua vez tem ligação com o agronegócio. O segundo é a busca pela alimentação saudável, livre dos agrotóxicos. Nesta perspectiva, um objetivo dos grupos é romper com a dependência que as pessoas que vivem nas cidades têm das cadeias de supermercado, ao mesmo tempo de ampliar a consciência sobre a agroecologia como alternativa sistêmica.

Em São Paulo, existe a percepção de que o interesse em grupos de consumo está crescendo, bem como a articulação entre os grupos existentes. A integrante do ComerAtivaMente relatou que já contribuíram com a formação de dois grupos na cidade, e que estão construindo uma rede com outros grupos sobretudo para potencializar o trabalho de cada um. Esta rede em construção busca o fortalecimento dos grupos, por meio do compartilhamento de transporte, mecanismos de gestão e contatos de grupos produtores.

Os grupos de consumo se organizam de forma muito diversa, mas o que existe em comum é a relação direta com quem produz. Além disso, a busca de um preço justo tanto para quem produz como para quem consome.

Um dos modelos de compra é o das cestas fechadas, onde os/as produtores/as montam a cesta de acordo com o que foi produzido. Isso acaba tendo impacto em uma reeducação alimentar, pois muitas vezes faz parte da cesta um tipo de alimento que não é comum nas feiras e supermercados, mas que determinado produtor/a tem o costume de plantar. E o relato é de que as pessoas que compram as cestas fechadas passam a conhecer alimentos novos, incorporando-os a seus hábitos alimentares.

Outro aspecto é que ao comprar as cestas fechadas é necessário ter um planejamento do consumo, para evitar o desperdício. Na experiência dos grupos, este planejamento também é necessário por parte de quem produz, para garantir a entrega dos alimentos da cesta em boas condições para o consumo, considerando o tempo do transporte, por exemplo. Os princípios da economia solidária não são necessariamente constitutivos de todos os grupos de consumo, mas naqueles que são orientados por esta visão, a experiência é de aprendizado tanto entre as pessoas que integram o grupo quanto das pessoas que produzem, e a troca entre as expectativas e as possibilidades é um aspecto importante para a consolidação dos grupos.

A perspectiva da economia solidária também contribui no sentido de construir uma relação de parceria que é diferente da relação de clientela. Ou seja, as pessoas que integram o grupo passam por um processo de formação na prática sobre como organizar o consumo em uma lógica distinta da hegemônica.

A orientação dos grupos de consumo é comprar os produtos em uma relação direta com quem produz. Mas dependendo da região, é preciso buscar em regiões um pouco mais afastadas determinados alimentos. Por exemplo, está em curso entre alguns grupos de São Paulo o contato com

agricultoras da região do Vale do Ribeira para a comercialização de frutas. Outro exemplo é o caso dos grãos que, em grande parte, especialmente os que possuem certificação orgânica, vem do Sul do país. Os grupos de consumo de São Paulo que estão se articulando em rede, estão buscando compartilhar a logística do transporte desde a região Sul, pois o frete seria inviável se cada um o fizesse individualmente.

A experiência dos grupos de consumo levanta pistas interessantes para refletir sobre o trabalho relacionado cotidianamente com a alimentação no interior das casas. O fato de que esta relação direta com quem produz, e por meio das compras de cestas fechadas, exige um planejamento diferenciado sobre a organização da alimentação. Isso porque se rompe com a dinâmica fazer compras no supermercado toda vez que falta alguma coisa em casa.

De todas as formas, essa experiência lança luz para o planejamento necessário no trabalho de preparo dos alimentos, planejamento este que é necessário no cotidiano de todas as pessoas que realizam o trabalho doméstico e de cuidados, e que muitas vezes é tornado invisível.

### **Alternativas para a soberania alimentar nas cidades**

Na reflexão realizada com as mulheres, elas apontaram que as saídas para a situação atual parecem muito complexas, porque é necessário mudar muitas estruturas para alcançar a soberania alimentar. Além de políticas dirigidas à reorganização da alimentação, elas reforçaram a necessidade de reduzir o número de horas dedicadas às tarefas domésticas e de cuidados, a necessidade de compartilhar no interior das casas a responsabilidade com todas as tarefas relacionadas a alimentação – o planejamento, a compra, o preparo, a limpeza.

Com relação ao acesso de alimentos saudáveis, uma indicação recorrente é a de que as feiras livres aconteçam em diferentes horários, que sejam compatíveis às diferentes jornadas de trabalho. Além disso, as mulheres levantam a necessidade de estimular quintais produtivos e hortas comunitárias, como nas escolas. Os restaurantes populares também são apontados como alternativas apoiadas em políticas públicas para que a população tenha acesso a alimentação saudável com preços acessíveis, uma forma de compartilhar a responsabilidade com a alimentação e assim, reduzir a intensidade do trabalho doméstico cotidiano.

Desde a presença das mulheres nos movimentos sociais, também se aponta a necessidade de ampliar esta reflexão, articulando a alimentação saudável, a soberania alimentar e a divisão sexual do trabalho. Além disso, as experiências de feiras da reforma agrária ou de feiras da economia feminista e solidária com a presença de produtoras são levantadas como estratégias para fortalecer os laços entre produtores/produtoras e consumidoras/consumidores. Do ponto de vista da agenda

política, a campanha contra os agrotóxicos desponta como estratégica para posicionar a luta por soberania alimentar nas cidades.

### **Considerações finais**

A crise alimentar e ambiental que o Brasil e o mundo enfrentam está diretamente ligada à lógica produtiva hegemônica, que durante séculos priorizou a acumulação de riquezas. Vimos imperar as relações de dominação entre pessoas, comunidades, nações e da sociedade em relação ao meio ambiente. A valorização apenas daquilo que é monetário e possibilita a obtenção de lucros contribuiu para obliterar relações importantes que garantem a vida em sociedade, as quais permaneceram invisíveis e esquecidas.

Porém, este modelo se mostra cada vez mais insustentável, culminando em sucessivas crises e evidenciando a necessidade de transformações. Essa urgência em buscar caminhos alternativos para reverter este quadro fez eclodir uma série de iniciativas e propostas principalmente a partir da organização de diversos movimentos sociais. São propostas que se contrapõem à lógica dominante de produção e de organização do sistema, apresentando novas perspectivas de olhar o mundo.

Como aponta León (2009), diante da crise que nos encontramos e na busca de outros paradigmas, é necessário haver uma valorização da economia para a vida, ou seja, aquela que vise às satisfações básicas da vida humana e não a acumulação interminável de riquezas. A busca deve estar em tomar decisões econômicas que cuidem de todos os ciclos da vida humana. Para isso, a autora aponta alguns caminhos de transformação, como por exemplo alterar a lógica que impera hoje na determinação do que e como produzir, visando a sustentabilidade do mundo e da vida.

Estes são aportes trazidos pela soberania alimentar e pela economia feminista. Com eles, inverte aquilo que até então estava no centro: a valorização do que é produtivo e monetário e o acúmulo de riquezas são substituídos pela valorização da autonomia dos povos e sujeitos na busca pelo bem-estar e satisfação das necessidades humanas, de modo a garantir a sustentabilidade da vida e do planeta. Essas transformações passam, sobretudo, pela eliminação de todas as formas de opressão e de desigualdade.

### **Referências Bibliográficas:**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA. Mulheres construindo a agroecologia. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia, junho de 2008.

BIODIVERSIDAD. Estrategias corporativas agroindustriales em America Latina. In: Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. Biodiversidad sustento y culturas, (compendio), octubre, 2006.

- CAMPOS, Christiane S. Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Vol. XI, 245 (68), 2007.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: María Jesús Vara (coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Ed. Akal, 2006, p.29-62.
- CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana A. et al. (orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, Brasil, 2004, p.21-52.
- FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009, pp. 11-29.
- FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, pp.37-53.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). *Economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.
- FEBLES, Nelson Alvarez. Las semillas em la tierra germinan y se multiplican. In: *Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. Biodiversidad sustento y culturas*, (compedio), octubre, 2006.
- GRAIN. *Soberania Alimentaria y sistema alimentario mundial*. In: *Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. Biodiversidad sustento y culturas*, (compedio), octubre, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Segurança Alimentar 2013*. Rio de Janeiro, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009 – Despesa, rendimentos e condições de vida*. Rio de Janeiro, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2010b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009 - Análise do consumo alimentar e pessoal no Brasil*. Rio de Janeiro, 2011.

- KABEER, Naila. Tácticas y compromisos: nexos entre género e pobreza. In: ARRIAGADA, Irma; TORRES, Carmen (editoras). Género y pobreza: nuevas dimensiones. Ediciones de las mujeres, 26: 19-25, 1998.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003, p. 55-63.
- LEÓN, Magdalena. Repensar el cambio estructural desde el feminismo. América Latina en movimiento, 441: 24-26, 2009. Disponível em <<http://alainet.org/images/alai441w.pdf>>.
- MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Caderno CRH, Salvador, 21(53): 389-404, 2008.
- MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Soberania Alimentaria: tierra, semillas y alimento. In: Ya es tiempo de Soberania Alimentaria. Biodiversidad sustento y culturas, (compendio), octubre, 2006.
- MELO, Hildete Pereira; CAPPELIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O caso do Pontal do Paranapanema. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (orgs). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008, p.81-151.
- MENEZES, Francisco. Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil. In: Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, São Paulo, 1998. Disponível em <<http://amar-bresil.pagesperso-orange.fr/documents/secual/san.html>>.
- MONTAGUT, Xavier. Soberania alimentaria y consumo responsable como alternativas. In: Agricultura y alimentación S.A.. Plural, Viento Sur, n. 94, 2007.
- VIVAS, Esther. La distribución moderna: la invasión de los supermercados. In: Agricultura y alimentación S.A.. Plural, Viento Sur, n°94, 2007.